

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABELVU.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

simulados.coordenacao@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2411126564M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

12º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

TSE + TREs (Concurso Unificado)

CARGO:

Analista Judiciário – Área Judiciária

MODELO/BANCA:

Cespe/Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TSE + TRES (CONCURSO UNIFICADO) – 12º SIMULADO – CARGO 18: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 30.

Mortes por calor extremo aumentaram 167% entre idosos nos últimos 33 anos

Dado é de relatório divulgado pela The Lancet e produzido em colaboração com a OMS; aumento está substancialmente acima das expectativas caso as temperaturas não tivessem mudado entre 1990 e 2023

1 As ameaças à saúde causadas pelas mudanças climáticas atingiram níveis recordes. Globalmente, em 2023, as mortes relacionadas ao calor extremo entre pessoas com mais de 65 anos aumentaram 167% em comparação aos óbitos de 1990. O dado é de relatório
5 divulgado na última terça-feira (29) pela renomada revista científica The Lancet.

O relatório "The Lancet Countdown sobre Saúde e Mudanças Climáticas" foi produzido em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e contou com 122 especialistas líderes de
10 57 instituições acadêmicas e agências da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento foi publicado antes da 29ª Conferência das Partes da ONU (COP) e fornece a avaliação mais atualizada das ligações entre saúde e mudanças climáticas.

15 As mortes relacionadas ao calor em pessoas com mais de 65 anos estão substancialmente acima das expectativas, de acordo com o relatório. Era esperado que, entre 1990 e 2023, houvesse um aumento de 65% nos óbitos caso as temperaturas não tivessem mudado — ou seja, contabilizando apenas as mudanças demográficas.

20 Do ponto de vista do documento, isso agrava as desigualdades existentes, com o número de dias de calor extremo sendo maior em países com baixo índice de desenvolvimento humano.

"O balanço deste ano das ameaças iminentes à saúde causadas pela inação climática revela as descobertas mais preocupantes até agora em nossos oito anos de monitoramento", alertou Marina Romanello, Diretora Executiva do Lancet Countdown na University
25 College London, em Londres, em comunicado à imprensa.

"Mais uma vez, o ano passado quebrou recordes de mudanças climáticas — com ondas de calor extremas, eventos climáticos mortais e incêndios florestais devastadores afetando pessoas
30 em todo o mundo. Nenhum indivíduo ou economia no planeta está imune às ameaças à saúde causadas pelas mudanças climáticas. A expansão implacável de combustíveis fósseis e as emissões recordes de gases de efeito estufa agravam esses impactos perigosos à saúde e ameaçam reverter o progresso limitado feito até agora e
35 colocar um futuro saudável ainda mais fora de alcance."

Globalmente, pessoas foram expostas a 1.512 horas a mais de altas temperaturas

O relatório também mostrou que, em 2023, a população global foi exposta a, em média, uma alta histórica de 1.512 horas de
40 altas temperaturas, representando um risco moderado de estresse por calor (ou estresse térmico) ao realizar exercícios ao ar livre,

como caminhar, andar de bicicleta — um aumento de 27,7% (328 horas) na média anual de 1990-1999.

45 Segundo o levantamento, o aumento das temperaturas também levou a um recorde de 512 bilhões de horas potenciais de trabalho perdidas globalmente em 2023 (um aumento de 49% acima da média de 1990-1999), com perdas globais potenciais de renda equivalentes a US\$ 835 bilhões (cerca de R\$ 4,8 trilhões) — equivalente a uma proporção substancial do PIB em países de baixa
50 (7,6%) e média renda (4,4%).

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mortes-por-calor-extremo-aumentaram-167-entre-idosos-nos-ultimos-33-anos/>. Acesso em: 31 out. 2024.

- 1 O relatório da The Lancet aponta que o aumento das mortes por calor extremo entre idosos poderia ter sido evitado se as temperaturas não tivessem mudado entre 1990 e 2023.
- 2 Segundo o relatório, a expansão dos combustíveis fósseis tem relação direta com a perda de produtividade devido ao estresse térmico.
- 3 O aumento nas horas de exposição a altas temperaturas foi uniforme entre todos os países, independentemente do índice de desenvolvimento humano.
- 4 De acordo com Marina Romanello, o impacto das mudanças climáticas na saúde humana está diminuindo devido a ações de mitigação nos últimos anos.
- 5 O relatório aponta que as perdas de renda por conta de temperaturas extremas foram mais impactantes em países de alta renda.
- 6 O relatório da The Lancet sobre o impacto das mudanças climáticas na saúde pode ser caracterizado como um texto expositivo-argumentativo, pois apresenta dados de pesquisas e argumentos para destacar a gravidade da situação e alertar a sociedade.
- 7 No trecho "As ameaças à saúde causadas pelas **mudanças** climáticas atingiram níveis recordes", a palavra "mudanças" funciona como um substantivo abstrato.
- 8 No trecho "A expansão **implacável** de combustíveis fósseis agrava esses impactos", o termo "**implacável**" exerce função de advérbio.
- 9 No trecho "Nenhum indivíduo ou economia no planeta está **imune** às ameaças à saúde causadas pelas mudanças climáticas", a palavra "imune" desempenha função de substantivo.
- 10 Em "O aumento das temperaturas levou a um recorde de horas perdidas globalmente", o termo "globalmente" é utilizado como advérbio de lugar.
- 11 No trecho "As ameaças à saúde, **causadas pelas mudanças climáticas**, atingiram níveis recordes", o termo "causadas pelas mudanças climáticas" funciona como adjunto adnominal.

- 12 No trecho "O aumento das temperaturas levou a um recorde de **horas perdidas globalmente**", a expressão "de horas perdidas globalmente" exerce a função de complemento nominal.
- 13 Em "Nenhum indivíduo ou economia no planeta está imune às **ameaças**", o termo "às ameaças" é classificado como complemento nominal.
- 14 Na oração "O relatório foi divulgado **pela renomada revista científica The Lancet**", o termo "pela renomada revista científica The Lancet" exerce a função de agente da passiva.
- 15 Em "As temperaturas elevadas representam uma ameaça à **saúde**", o termo "à saúde" atua como adjunto adverbial de finalidade.
- 16 No trecho "Globalmente, pessoas foram expostas a **altas temperaturas**", o termo "a altas temperaturas" funciona como objeto indireto.
- 17 No trecho "O relatório foi publicado antes da 29ª Conferência das Partes da ONU (COP) e fornece a avaliação mais atualizada das ligações entre saúde e mudanças climáticas", a oração "e fornece a avaliação mais atualizada das ligações entre saúde e mudanças climáticas" é uma oração subordinada adjetiva.
- 18 No trecho "O relatório mostrou que o aumento das temperaturas levou a um recorde de horas potenciais de trabalho perdidas", a oração "que o aumento das temperaturas levou a um recorde de horas potenciais de trabalho perdidas" é uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- 19 Em "Nenhum indivíduo está imune às ameaças à saúde causadas pelas mudanças climáticas, que agravam as desigualdades existentes", a oração "que agravam as desigualdades existentes" é uma oração subordinada substantiva.
- 20 No trecho "O balanço revela que os recordes de mudanças climáticas impactaram a saúde global", a oração "que os recordes de mudanças climáticas impactaram a saúde global" é uma oração subordinada substantiva completiva nominal.
- 21 No trecho "O dado é de relatório divulgado na última terça-feira", a palavra "última" está acentuada devido à regra de acentuação das proparoxítonas.
- 22 No trecho "esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada", a expressão "neste sentido" atua como um conector de sequenciação que retoma a ideia anterior.
- 23 No trecho "As ameaças à saúde causadas pelas mudanças climáticas **atingiram** níveis recordes", a forma verbal "atingiram" está corretamente empregada, pois concorda com o sujeito composto "mudanças climáticas".
- 24 No trecho "O relatório e a Organização Mundial da Saúde **destacaram** a gravidade das mudanças climáticas", a forma verbal "destacaram" está de acordo com as regras de concordância verbal, pois concorda com o sujeito composto "O relatório e a Organização Mundial da Saúde".
- 25 No trecho "As ameaças à saúde causadas pelas mudanças climáticas atingiram níveis recordes", o verbo "atingir" está empregado com regência correta, uma vez que se relaciona diretamente com o complemento "níveis recordes".
- 26 No trecho "Nenhum indivíduo ou economia no planeta está imune às ameaças causadas pelas mudanças climáticas", o termo "imune" está incorretamente regido, uma vez que o correto seria "imune de".
- 27 No trecho "Nenhum indivíduo ou economia no planeta está imune às ameaças", o acento em "às" é utilizado para marcar a crase, indicando a junção da preposição "a" com o artigo "a".
- 28 Na frase "Nenhum indivíduo no planeta imune às ameaças das mudanças climáticas deve preocupar-se com os impactos", a colocação pronominal está incorreta, pois deveria ser "se preocupar".
- 29 No trecho "Nenhum indivíduo ou economia no planeta está imune às ameaças à saúde causadas pelas mudanças climáticas", a inserção de uma vírgula após "indivíduo" seria gramaticalmente correta e coerente com a separação de ideias.
- 30 No trecho "O relatório, que foi publicado na última terça-feira, analisa os impactos das mudanças climáticas", o uso das vírgulas é adequado para isolar a oração explicativa.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 31 a 50.

Por que queima de canaviais ainda é permitida no país, apesar dos incêndios?

- 1 Os incêndios que se alastraram pelo interior de São Paulo, cobrindo o céu de muitas cidades e causando pânico e evacuações, chamou atenção para o uso do fogo nas chamadas queimas controladas da agricultura. A situação é bastante comum no cultivo de
- 5 cana-de-açúcar — os recentes incêndios atingiram principalmente os canaviais, queimando 100 mil hectares de lavouras e causando um prejuízo milionário aos produtores. Os questionamentos se intensificaram quando um vídeo que mostra essa prática viralizou nas redes sociais.
- 10 Nas imagens, funcionários da usina da Delta Sucroenergia colocam fogo em uma plantação de cana. Até o dia 8 de setembro, 6,2 mil focos de incêndio foram registrados no Estado de São Paulo, sendo a maioria deles (pouco mais de 2,6 mil) em um só dia, 23 de agosto. É o maior desde 1998, quando o Instituto Nacional de
- 15 Pesquisas Espaciais (Inpe) começou a fazer este tipo de levantamento. A Delta refutou as acusações levantadas em redes sociais ao dizer que a queima havia sido feita em maio no interior de Minas Gerais, reforçou que a prática está prevista em lei e que toma medidas contra a propagação de incêndios nas plantações de cana. As
- 20 autoridades ambientais, cientes do vídeo, estiveram no local e não constataram irregularidades", disse a empresa em nota. Esse tipo de queima controlada da palha da cana-de-açúcar ainda é realizada no Brasil, principalmente no Nordeste.
- 25 Segundo especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, a técnica é usada quando o terreno de cultivo é mais acidentado, o que impede o uso de máquinas para a colheita. Também ajuda a aumentar a produção e reduz a carga de trabalho para quem colhe a cana manualmente. Mas isso só pode ser feito em épocas e condições meteorológicas específicas, com autorização e sob a fiscalização de
- 30 autoridades.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjdk41z41zno>. Acesso em 31 out. 2024.

- 31 A prática de queima controlada nos canaviais no Brasil é permitida em qualquer tipo de terreno e época do ano, sem restrições legais, conforme indicado no texto.
- 32 O aumento das queimadas no Estado de São Paulo em 2023, atingindo um recorde desde 1998, gerou questionamentos sobre a legalidade da prática da queima controlada em plantações de cana.
- 33 A Delta Sucroenergia afirmou que a queima registrada em vídeo foi realizada em setembro de 2023 em São Paulo, mas a empresa não conseguiu comprovar a legalidade da prática.
- 34 A queima controlada é defendida por especialistas como uma técnica que pode aumentar a produtividade e reduzir o trabalho manual na colheita da cana em áreas acidentadas.
- 35 A queima de canaviais no Brasil ocorre principalmente na região Sudeste, especialmente em São Paulo, devido às condições climáticas favoráveis da região.
- 36 No texto, o termo "prejuízo milionário" implica apenas perdas financeiras diretas para os produtores, sem considerar impactos ambientais ou sociais.
- 37 No trecho "os incêndios que se alastraram pelo interior de São Paulo", a expressão "pelo interior de São Paulo" exerce a função de adjunto adverbial.
- 38 Em "Esse tipo de queima controlada da palha da cana-de-açúcar ainda é realizada no Brasil", a expressão "da palha da cana-de-açúcar" tem função de complemento nominal.
- 39 No trecho "As autoridades ambientais, cientes do vídeo, estiveram no local", a expressão "cientes do vídeo" exerce a função de predicativo do sujeito.
- 40 Em "reforçou que a prática está prevista em lei", o termo "em lei" exerce a função de objeto indireto.
- 41 No trecho "Os incêndios que se alastraram pelo interior de São Paulo, cobrindo o céu de muitas cidades e causando pânico e evacuações, chamou atenção para o uso do fogo nas chamadas queimas controladas da agricultura", a forma verbal "chamou" está corretamente concordada com o sujeito composto "Os incêndios que se alastraram pelo interior de São Paulo".
- 42 Na frase "A Delta refutou as acusações levantadas em redes sociais ao dizer que a queima havia sido feita em maio", o verbo "refutar" exige a preposição "a" antes do complemento direto, portanto deveria ser "refutar às acusações".
- 43 No trecho "Os incêndios que se alastraram pelo interior de São Paulo, cobrindo o céu de muitas cidades e causando pânico e evacuações, chamou atenção para o uso do fogo nas chamadas queimas controladas da agricultura", o uso de vírgulas está adequado, pois os segmentos entre vírgulas representam uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- 44 No trecho "Nenhum indivíduo ou economia no planeta está imune às ameaças à saúde causadas pelas mudanças climáticas", as palavras "indivíduo" e "climáticas" recebem acento gráfico pela mesma regra de acentuação.
- 45 No trecho "à saúde causadas pelas mudanças climáticas", o uso da crase está incorreto, pois não há necessidade da fusão de preposição e artigo antes de "saúde".
- 46 A reescrita do trecho "os incêndios que se alastraram pelo interior de São Paulo" para "os incêndios que alastraram-se no interior de São Paulo" mantém a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 47 Substituir "As autoridades ambientais, cientes do vídeo, estiveram no local e não constataram irregularidades" por "As autoridades ambientais, que tinham ciência do vídeo, estiveram no local e não encontraram irregularidades" altera o nível de formalidade do texto, mas preserva seu conteúdo semântico.
- 48 A substituição de "Esse tipo de queima controlada da palha da cana-de-açúcar ainda é realizada no Brasil" por "Realiza-se esse tipo de queima controlada da palha da cana-de-açúcar ainda no Brasil" mantém a correção e o sentido do trecho original.
- 49 Transformar "A Delta refutou as acusações levantadas em redes sociais ao dizer que a queima havia sido feita em maio no interior de Minas Gerais" em "A Delta refutou as acusações feitas nas redes sociais, alegando que a queima foi realizada em maio, no interior de Minas Gerais" preserva a coerência textual e o sentido original.
- 50 A reescrita de "A situação é bastante comum no cultivo de cana-de-açúcar" para "É muito comum essa situação no cultivo de cana-de-açúcar" não compromete a coesão textual e mantém o sentido original da frase.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

Weslei Machado

Julgue o item a seguir sobre a prisão civil por dívida, tendo como parâmetro a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- 51** Na ordem jurídica brasileira, permite-se a prisão civil do depositário infiel, desde que devidamente comprovado o inadimplemento voluntário e inescusável da obrigação assumida.

Julgue o item seguinte, a respeito do uso do *habeas corpus* conforme disposto na Constituição Federal e interpretado pelo Supremo Tribunal Federal.

- 52** O *habeas corpus* pode ser empregado como mecanismo para discutir questões relativas a inquéritos civis públicos e ações civis públicas, visto que essas instâncias podem, indiretamente, restringir a liberdade de locomoção do indivíduo.

Julgue o item a seguir, considerando a legislação pertinente e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- 53** Os indivíduos que prestam serviço militar obrigatório têm garantido o direito a um salário nunca inferior ao salário mínimo, conforme estabelecido pela Constituição Federal para todos os trabalhadores que recebem remuneração variável.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir, em relação à suspensão dos direitos políticos.

- 54** A suspensão dos direitos políticos, conforme previsto no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal, é automática após a condenação criminal transitada em julgado, sendo aplicada independentemente do tipo de pena aplicada ao condenado.

No âmbito de um concurso público realizado pelo Estado da Bahia, uma lei estadual estabeleceu que, em caso de empate entre os candidatos, seria dada preferência ao candidato com mais tempo de serviço prestado especificamente ao estado da Bahia. Avalie a seguinte afirmação considerando as disposições da Constituição e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- 55** A legislação que confere prioridade ao candidato com mais tempo de serviço exclusivamente ao estado da Bahia, em detrimento de outros candidatos, viola a proibição constitucional de criar distinções entre brasileiros com base em sua origem ou procedência estadual.

Considere a seguinte situação hipotética: um estado brasileiro promulgou uma lei que concede um dia de folga remunerada anualmente para que trabalhadores da iniciativa privada realizem exames preventivos de câncer. A medida, embora vise promover a saúde dos trabalhadores, foi questionada quanto à sua validade constitucional. A respeito dessa situação, julgue o item a seguir.

- 56** A lei estadual, ao conceder um dia de folga remunerada aos trabalhadores da iniciativa privada para realização de exames de saúde, invade a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.

Considere a seguinte situação hipotética: o governador do estado de Solaris editou uma medida provisória (MP) que alterava regras de licenciamento ambiental para acelerar projetos de infraestrutura, invocando a urgência e a relevância da matéria. A Constituição do estado de Solaris prevê explicitamente a possibilidade de o governador editar medidas provisórias, com base em seu próprio texto constitucional.

A respeito dessa situação, julgue o item seguinte.

- 57** O governador do estado de Solaris tem a prerrogativa de editar medidas provisórias, desde que a Constituição Estadual autorize expressamente tal prática e que sejam respeitadas as regras básicas do processo legislativo estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, mesmo para matérias de urgência e relevância como as alterações nas regras de licenciamento ambiental.

Em Virtuália, um estado da federação brasileira, foi aprovada uma lei estadual que regulamenta a tributação sobre propriedade de veículos automotores. Diversas ações diretas de inconstitucionalidade foram propostas, tanto no Tribunal de Justiça do Estado de Virtuália (TJ-Virtuália) quanto no Supremo Tribunal Federal (STF). O TJ-Virtuália julgou procedente uma das ações, declarando a inconstitucionalidade da lei com base em dispositivo da Constituição Estadual que reproduz exatamente um artigo da Constituição Federal relativo à competência tributária.

Julgue o seguinte item, considerando o contexto e a jurisprudência do STF sobre o controle de constitucionalidade.

- 58** A decisão do TJ-Virtuália não prejudica o prosseguimento das ações no STF, pois, mesmo que haja decisão pela inconstitucionalidade baseada em norma constitucional estadual que reproduz dispositivo da Constituição Federal, subsiste a competência do STF para julgar a inconstitucionalidade com base na norma constitucional federal correspondente.

A partir do entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue o item seguinte.

- 59** Considerando o princípio da autonomia municipal previsto na Constituição Federal, uma interpretação de norma estadual que imponha a todos os municípios desse Estado a obrigação de instituir procuradorias municipais seria constitucional.

Considerando as disposições constitucionais sobre a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, julgue a seguinte assertiva.

- 60** No processo de escolha dos advogados para integrar os Tribunais Regionais Eleitorais, dispensa-se expressamente a necessidade de que estes possuam dez anos de exercício profissional, bastando que possuam notório saber jurídico e idoneidade moral.

Direito Administrativo

Raphael Spyere

Acerca da organização da administração pública brasileira, julgue as assertivas a seguir.

- 61** Haverá controle hierárquico nas entidades que tiverem suas competências desconcentradas, enquanto existirá tutela administrativa sobre as entidades descentralizadas.
- 62** A expressão "entidades de natureza autárquica" se refere a todas as pessoas jurídicas da administração indireta que apresentam personalidade de direito público, compreendendo as autarquias propriamente ditas e todas as fundações públicas.
- 63** A Presidência da República e os ministérios são entidades da administração direta federal.

Julgue as afirmativas a seguir sobre o regime jurídico administrativo dos poderes e atos administrativos.

- 64** O veto presidencial à lei aprovada pelo Congresso Nacional se enquadra no conceito de ato da administração.
- 65** A Administração Pública deverá anular os atos administrativos ilegais, respeitados os direitos adquiridos.
- 66** Como consequência do princípio da indisponibilidade dos interesses públicos, ao exercer o poder disciplinar, a Administração deverá se curvar a determinados limites jurídicos, em especial, à ampla defesa.

Tomando como base as disposições contidas na Lei n. 9.784/1999, julgue:

- 67** A revisão administrativa poderá ser demandada a qualquer tempo, desde que atendidas as condições legais, podendo ocasionar a reforma em prejuízo de sanção anteriormente imposta em processo administrativo transitado em julgado.

Adamastor, servidor público de uma secretaria de estado, dolosamente e em razão do cargo que ocupa, permitiu a incorporação indevida de bem do respectivo órgão ao patrimônio particular de Bruno, o que ocasionou efetivo prejuízo ao erário. De acordo com a Lei n. 8.429/1992 – Lei Geral de Improbidade Administrativa, julgue os itens subsecutivos.

- 68** Adamastor incorreu em ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito e poderá ser condenado à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por não mais que 14 anos.
- 69** Bruno poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa juntamente com Adamastor, desde que seja comprovado que aquele concorreu ou induziu dolosamente este.

Julgue a assertiva subsecutiva a respeito dos serviços públicos.

- 70** Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência, independentemente de aviso prévio aos usuários.

Direito Eleitoral

Odair José

No dia 1º de setembro do ano eleitoral, o juiz eleitoral da cidade Alfa divulgou relatório de candidaturas das eleições municipais. Quatro dias depois, Caio, candidato a prefeito, tomou conhecimento de causa de inelegibilidade que pesava contra o seu adversário, o candidato Mévio.

Ante o exposto acima, à luz da Lei das Inelegibilidades, julgue o item a seguir.

- 71** O prazo para Caio ajuizar ação de impugnação de registro de candidatura contra Mévio precluiu.

Nos termos da Lei Complementar n. 64/1990 e da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, julgue o item a seguir.

- 72** Ausência de condições de elegibilidade e causas de inelegibilidades somente podem ser conhecidas pelo Juízo Eleitoral quando da impugnação do registro de candidatura ajuizado pelo Ministério Público Eleitoral, por partido político, coligação, federação partidária ou por candidato.

Nos termos das normas eleitorais em vigor, julgue o item a seguir.

- 73** A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser ajuizada perante o Juízo competente antes da data de diplomação dos eleitos, sob pena de preclusão.

Nos termos da Lei n. 4.737/1965 e da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, julgue o item a seguir.

- 74** Tribunal Regional Eleitoral não tem competência para processar e julgar recurso contra a expedição de diploma envolvendo eleições estaduais.

A suspensão dos direitos políticos em razão da condenação por ato doloso de improbidade administrativa, nos termos da Constituição Federal, opera com o trânsito em julgado da sentença condenatória, sendo a inelegibilidade uma das consequências da condenação.

Sobre esse tema, nos termos da Lei Complementar n. 64/1990, julgue o item a seguir.

- 75** Fica inelegível por oito anos, a contar da condenação judicial, ainda que não transitada em julgada, desde que proferida por órgão judicial colegiado, os que forem condenados por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

João é delegado de polícia e exerce sua função no município Delta. No mesmo município, encontra-se a sede da Universidade Federal, onde Maria é reitora. Também no município Delta, Fernando atua como defensor público. Nas próximas eleições municipais, os três pretendem se lançar candidatos: João irá se candidatar a vereador; Maria a prefeita e Fernando a vice-prefeito.

Com base nas informações acima, julgue o item a seguir acerca dos prazos de desincompatibilização nos termos da Lei Complementar n. 64/1990.

- 76** João deverá se desincompatibilizar até seis meses antes da eleição; Maria e Fernando deverão se desincompatibilizar das suas funções até quatro meses antes da eleição.

Conforme determina a Lei Complementar n. 64/1990, compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade.

Sobre esse tema, julgue o item a seguir.

- 77** A arguição de inelegibilidade será feita perante os tribunais regionais eleitorais, quando se tratar de candidato a governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal, de prefeito e de vice-prefeito.

Nos termos da Lei Complementar n. 64/1990, julgue o item a seguir.

- 78** Aqueles que forem condenados por crime contra o meio ambiente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, ficarão inelegíveis desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.

Enzo é um secundarista de 17 anos de idade e atingirá a maioria em 10 de agosto, no mesmo ano em que haverá eleições municipais. Como é um jovem militante do movimento estudantil da sua cidade, seu nome ganhou notoriedade, razão pela qual a direção do partido Beta o convidou para se filiar à agremiação e pleitear o cargo de vereador nas eleições que se avizinham. Assim, Enzo participou da convenção partidária e foi um dos escolhidos para concorrer ao cargo de vereador. Mas ficou surpreso ao ser notificado pela Justiça Eleitoral para responder à ação de impugnação de registro de candidatura ajuizada pelo partido Alfa. A alegação é a de que Enzo não possui a idade constitucionalmente estabelecida para concorrer ao cargo pretendido.

A partir do caso descrito e com base no que dispõe a legislação eleitoral em vigor, julgue o item a seguir.

- 79** A ação do partido Alfa não deverá prosperar.

Faltando um ano para o término de mandato de vereador, Maurício teve o seu mandato cassado por quebra de decoro parlamentar.

A partir da informação acima, julgue o item a seguir nos termos da Lei das Inelegibilidades.

- 80** Maurício ficará inelegível pelo prazo de oito anos a contar da data em que se deu a cassação do mandato.

Nas eleições de 2022 para o Legislativo estadual, o partido Alfa promoveu o registro de candidaturas femininas fictícias com a finalidade de cumprir a cota de gênero prevista na Lei n. 9.504/1997. André, presidente do partido, e Fernanda, candidata eleita, foram os responsáveis pela fraude. Ao tomar conhecimento da fraude, o Ministério Público Eleitoral ajuizou ação de investigação judicial eleitoral contra o partido Alfa. A ação foi julgada procedente em definitivo pelo Tribunal Superior Eleitoral em agosto de 2024, decretando a perda de mandato de todos os eleitos pelo partido Alfa e a inelegibilidade de oito anos de André e Fernanda.

Com base nas informações do caso acima, julgue o item a seguir nos termos da Lei Complementar n. 64/1990 e da jurisprudência eleitoral em vigor.

- 81** O termo inicial da inelegibilidade de André e Fernanda é a data da publicação do acórdão pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Nos termos da Lei das Inelegibilidades, julgue o item a seguir.

- 82** Constitui crime a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé.

De acordo com o art. 312 do Código Eleitoral, é crime violar ou tentar violar o sigilo do voto. A pena prevista é de detenção de até dois anos.

A partir do excerto anterior, nos termos do Código Eleitoral, julgue o item a seguir.

- 83** Quando não há previsão da pena mínima estabelecida no tipo penal eleitoral, caberá ao juiz arbitrar o *quantum* da pena, observado os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Nas eleições municipais da cidade Delta, o partido X lançou 10 candidatas a vereador, sendo 3 mulheres e 7 homens. Após a eleição, o partido Y ajuizou ação de investigação judicial eleitoral contra X alegando fraude à cota de gênero, isso porque uma das mulheres candidatas era, na verdade, mulher trans. A alegação de Y foi a de que o dispositivo normativo da Lei das Eleições, art. 10, § 3º, que trata da cota de gênero, é muito claro a determinar que: "do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o *mínimo de 30% (trinta por cento)* e o *máximo de 70% (setenta por cento)* para candidaturas de *cada sexo*". Assim, o termo sexo se refere aos aspectos físicos e biológicos que distinguem homens e mulheres.

A partir das informações trazidas acima, julgue o item a seguir nos termos da legislação e jurisprudência eleitoral em vigor.

- 84** A ação do partido Y não deverá prosperar, pois a alegação de fraude à cota de gênero praticada por X é infundada.

Texto I para resolução das questões 85, 86 e 87.

Dieguinho foi eleito vereador pelo partido Beta. O programa do partido apresentava pauta liberal, defesa das liberdades individuais e privatização das empresas públicas. Tempos depois, quando já estava no segundo ano de mandato, ocorreu uma ampla mudança no programa do seu partido, que passou a defender a reestatização de empresas privatizadas e maior controle do Estado sobre a economia. A mudança foi devidamente aprovada pelos órgãos de deliberação do partido após amplo debate do qual todos os filiados tiveram a oportunidade de participar e opinar. Dieguinho sempre manifestou insatisfação com os rumos que o seu partido estava tomando. Por esse motivo, logo depois de registrado o novo programa no Tribunal Superior Eleitoral, ele mudou de agremiação, filiando-se ao partido Delta.

Com base nas informações do Texto I, julgue o item a seguir nos termos da Lei n. 9.096/1995.

- 85** O novo programa do partido Beta foi amplamente debatido e aprovado pelos órgãos de deliberação, razão pela qual Dieguinho não tem justa causa para migrar de partido.

Com base nas informações do Texto I, julgue os itens a seguir nos termos da Lei n. 9.096/1995, bem como da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.

- 86** O partido Beta tem até 30 dias, a contar da desfiliação de Dieguinho, para ajuizar ação de perda de mandato perante o Tribunal Regional Eleitoral.

- 87** Há litisconsórcio passivo necessário entre Dieguinho e a agremiação Delta na ação ajuizada pelo partido Beta.

De acordo com a Lei Orgânica dos partidos políticos, julgue os itens a seguir.

88 O Tribunal Superior Eleitoral, observado o princípio da proporcionalidade, após trânsito em julgado de decisão, determinará o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido contra o qual fique provado não ter prestado, nos termos da lei partidária, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

89 Por decisão da maioria absoluta dos seus filiados, dois ou mais partidos poderão fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro.

Acerca da propaganda eleitoral, julgue o item a seguir nos termos da legislação e jurisprudência eleitoral em vigor.

90 Configura propaganda eleitoral antecipada, revelando evidente pedido explícito de voto, a publicação em perfil de rede social da figura de uma urna eletrônica com o número do candidato na tela e, em evidência, a tecla "confirma".

Direito Civil

Marcelo Macintyre

91 Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente ultrapassado o período de *vacatio legis*.

92 Na sucessão por morte ou por ausência de estrangeiro, a lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder, independentemente do lugar do domicílio do falecido ou ausente.

93 As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.

94 Sobre o fenômeno da repristinação, pode-se dizer que poderá ser admitido em nosso ordenamento jurídico somente para fins de cumprimento de sentença estrangeira.

95 Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelos bons costumes.

96 Aquele que, por ação ou omissão voluntária, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

97 Aos atos jurídicos lícitos, que não sejam negócios jurídicos, aplicam-se as disposições pertinentes aos defeitos do negócio jurídico.

98 Configura-se hipótese de responsabilidade civil subjetiva pelo exercício de um direito lícito, porém manifestamente excessivo em relação aos limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes, independentemente de dano.

99 Para a prova dos negócios jurídicos, a prova testemunhal, subsidiária ou complementar da prova escrita, só é admissível até valor equivalente ao décuplo do maior salário mínimo vigente ao tempo em que celebrado o negócio jurídico.

100 Em relação à prova dos negócios jurídicos o instrumento particular, feito e assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor e, independente de registro público, operam seus efeitos em relação a terceiros de imediato.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

101 Conforme disposições do Código de Processo Civil e da jurisprudência, pode-se afirmar que o Direito Processual Civil orienta-se pela teoria dos atos processuais isolados, segundo a qual cada ato deve ser considerado separadamente dos demais para o fim de determinar qual a lei que o regerá (princípio do *tempus regit actum*).

102 O recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, e, se não o fizer, o tribunal determinará a correção do vício formal, ou poderá desconsiderá-lo caso a informação já conste do processo eletrônico.

103 De acordo com a previsão do Código de Processo Civil, o terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

104 Em relação à prática de atos pelas partes, o Código de Processo Civil veda lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, as quais o juiz mandará riscar. Ademais, no caso, o juiz arbitrará multa correspondente a cinco salários-mínimos.

Analise a assertiva a seguir acerca da ação de reclamação no processo civil.

105 Conforme entendimento do STF e disposições do Código de Processo Civil, a reclamação não se qualifica como sucedâneo recursal nem configura instrumento viabilizador do reexame do conteúdo do ato reclamado, eis que tal finalidade revela-se estranha à destinação constitucional subjacente à instituição dessa medida processual.

106 Embora a técnica de ampliação do colegiado, prevista no artigo 942 do CPC/2015, e os embargos infringentes, revogados junto com o Código de Processo Civil de 1973, possuam objetivos semelhantes, os referidos institutos não se confundem, sobretudo porque o primeiro compreende técnica de julgamento, já o segundo consistia em modalidade de recurso. Ademais, diga-se que cabe ampliação do colegiado em julgamento não unânime de apelação em mandado de segurança.

107 Conforme jurisprudência é possível afirmar que a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria.

108 Conforme entendimento do STJ, havendo conflito entre sentenças transitadas em julgado, deve valer aquela que se formou primeiro, enquanto não invalidada por ação rescisória.

- 109** Conforme disposições do Código de Processo Civil, se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, remetê-lo-á ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial, após concessão de prazo de 15 dias para que o recorrente se manifeste.
- 110** Ao STF compete, por decisão irrecorrível, não conhecer de recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral. Todavia, haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
- 119** A emoção e a paixão nunca excluem a imputabilidade penal. A embriaguez, por sua vez, pode fazê-lo, a depender do caso.
- 120** Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. No entanto, não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

Direito Penal

Douglas Vargas

- 111** Em razão de sua gravidade em abstrato e da importância para a lisura da Administração Pública, o legislador optou por não prever, no Código Penal, nenhum crime contra a Administração Pública na forma culposa.
- 112** Comete crime de peculato-apropriação o funcionário público que, dolosamente, apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem. O delito em questão não possui forma culposa.
- 113** Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, é crime conhecido como prevaricação, e possui pena aumentada caso o interesse patrocinado seja ilegítimo.
- 114** Aquele que importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente incorre nas mesmas penas do delito de contrabando. Por sua vez, aquele que pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei, incorrerá nas mesmas penas do delito de descaminho.
- 115** Constitui crime de denúncia caluniosa a conduta de dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente. A pena aplicável ao caso é aumentada, se o agente delitivo se serve de nome suposto para a prática da conduta.
- 116** Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem, segundo o Código Penal, constitui o delito de Comunicação falsa de crime ou de contravenção.
- 117** A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- 118** Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a administração pública, qualquer que seja o autor, por força da chamada extraterritorialidade incondicionada.

Redação Discursiva

Letícia Bastos

TEXTO I

Os atos processuais são essenciais para o andamento de um processo judicial, pois cada etapa deve seguir um conjunto de normas que assegura o cumprimento do devido processo legal. A forma, o tempo e o local em que os atos são realizados influenciam diretamente a validade do processo, garantindo que todas as partes tenham a oportunidade de participar de maneira justa e igualitária.

(Adaptado)

TEXTO II

A legislação processual estabelece prazos e locais específicos para a realização dos atos processuais, visando a celeridade e a eficiência do sistema judicial. O cumprimento rigoroso desses requisitos é essencial para evitar nulidades que possam comprometer o processo. Quando não respeitados, esses requisitos podem resultar em atrasos e até mesmo na anulação dos atos, prejudicando o andamento do processo e a confiança no sistema judicial.

(Adaptado)

TEXTO III

A comunicação dos atos processuais, incluindo notificações, intimações e citações, é um aspecto fundamental para a transparência e legitimidade do processo. Garantir que todas as partes sejam informadas sobre os atos e decisões processuais é essencial para preservar o direito ao contraditório e à ampla defesa. Falhas na comunicação podem comprometer a validade dos atos e gerar questionamentos sobre a legitimidade das decisões judiciais.

(Adaptado)

Sendo os textos acima unicamente motivadores, redija um texto dissertativo em, no máximo, 30 linhas acerca dos tópicos abaixo:

- 1 Explique a importância da forma e do lugar dos atos processuais para a garantia do devido processo legal e a prevenção de nulidades processuais; [Valor: 16,00 pontos]
- 2 Discuta como os prazos influenciam a celeridade e a eficácia do processo judicial, destacando as consequências do seu descumprimento; [Valor: 16,00 pontos]
- 3 Analise a relevância da comunicação dos atos processuais para a garantia do contraditório e da ampla defesa, mencionando os principais meios de comunicação utilizados no processo. [Valor: 16,50 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora